- o Decreto nº 48.881, de 03 de janeiro de 2024, que altera a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Gestão de Documentos, sem aumento de despesa, no âmbito da Secretaria de Estado Planejamento e Gestão, com as seguintes competências:

I - atuar no mapeamento das atribuições e identificar os tipos documentais produzidos pelo Órgão;

II - manter atualizados, sob orientação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, seus instrumentos de Gestão de Documentos (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos);

III - implementar normas e procedimentos de gestão documental e gestão de protocolo, estabelecidos nos manuais de Gestão de Documentos, de Protocolo e Redação Oficial;

IV - gerenciar os procedimentos de seleção e destinação de documentos, a partir das tabelas de temporalidade aprovadas pelo APERJ, e

V - fiscalizar os setores da SEPLAG em relação ao cumprimento de normas e procedimentos técnicos estabelecidos pelo Sistema de Arquivos do Estado do Rio de Janeiro (SIARQ-RJ);

Art. 2º - Designar, para compor a Comissão de Gestão de Documentos, sem prejuízo de suas atribuições, os servidores abaixo, sob a presidência do primeiro:

a) Wellington Souza da Costa, Id. Funcional nº 5132846-1 - Representante da Coordenadoria Administrativa.

b) Gustavo Maçulo de Queiroz Rocha, Id. Funcional nº 5106456-1 - Representante da Divisão de Documentação e Arquivo.

c) Caroline de Souza Alves, Id. Funcional nº 5119927-0 - Representante da Divisão de Documentação e Arquivo.

d) Queli Cristina do Nascimento, Id. Funcional nº 5005233-0 - Representante da Divisão de Protocolo.

e) Giancarlo Sales Teixeira de Oliveira, Id. Funcional nº 2588903-6 - Representante da Subsecretaria de Logística.

f) Tamires Gouveia de Farias Alvim, Id. Funcional nº 5117593-2 - Encarregada de Dados.

g) Leticia Cassimiro de Andrade dos Santos - Id. Funcional nº 5109539-4 - Representante do Gabinete do Secretário.

h) Monica Andreia Nascimento Cruz, Id. Funcional nº 4187359-9 - Representante da Subsecretaria de Planejamento Estratégico e Ponto Focal do SEI.

i) Marcos Antonio Simões Moreira, Id. Funcional nº 1940053-5 - Representante da Subsecretaria de Planejameno e Orçamento.

j) Marcelle Fraga Machado, Id. Funcional nº 5000637-1 - Representante da Subsecretaria Executiva.

k) Raphael Ferreira Barbosa Aragão, Id. Funcional nº 5004411-7 - Representante da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Art. 3º - O Presidente da Comissão de Gestão de Documento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em seus impedimentos eventuais e legais, será substituído pelo servidor Gustavo Maçulo de Queiroz Rocha, Id. Funcional nº 5106456-1.

Art. 4º - A presente Comissão não dará direito a nenhuma forma de remuneração e/ou vantagem para os servidores designados.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CASA CIVIL nº 163, de 09 de outubro de 2009 e a Resolução SEPLAG nº 10, de 19 de agosto de 2023.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2024

ADILSON DE FARIA MACIEL
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Id: 2538808

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 265 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-120001/005182/2023, e

CONSIDERANDO:

- a Lei Federal nº 13.460/2011, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, e demais normativos vigentes que regulamentam o tema no Estado do Rio de Janeiro;

- a Lei Federal nº 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, e demais normativos vigentes que regulamentam o tema no Estado do Rio de Janeiro;

- o Decreto nº 48.727/2023, institui no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro o sistema OUVERJ;

- o art. 339, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, e

- a necessidade de normatizar procedimentos para o tratamento de manifestações de ouvidoria do tipo denúncia, no âmbito de Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer procedimentos e critérios a serem adotados no recebimento, análise preliminar e apuração das denúncias encaminhadas à Ouvidoria Interna e Transparência, bem como diretrizes para a reserva de identidade do denunciante no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG.

Art. 2º - Para fins desta Resolução, considera-se:

I - Análise Preliminar: procedimento realizado com o objetivo de verificar se as informações prestadas pelo denunciante contêm indícios mínimos de plausibilidade que justifiquem o encaminhamento da denúncia às áreas competentes para apuração;

II - Denúncia: manifestação específica que tem por objeto a alegação de irregularidade ou ilegalidade no serviço público, cuja resolução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;

III - Denúncia anônima: denúncia sem identificação do denunciante que opte pela forma anônima no momento da realização da manifestação, a ser analisada e tratada pela Ouvidoria;

IV - Denúncia caluniosa: dar causa aÌ instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente;

V - Denunciante: pessoa física ou jurídica que apresente denúncia de irregularidade ou ilegalidade para órgãos ou entidades do Poder Executivo Estadual;

VI - Diligência: procedimento célere e eficiente para a solução de situações apontadas nas denúncias ou para a produção de novos indícios que auxiliem o procedimento de apuração, podendo ser realizado de forma presencial;

VII - Informação Preliminar de Ouvidoria - InPO: relatório contendo informações preliminares de ouvidoria, no qual se identificam os elementos mínimos para se dar início à apuração da denúncia: consistência, possibilidade fática e o nexo causal, extraída do sistema OuvERJ;

VIII - Materialidade: descrição detalhada dos fatos com a apresentação de evidências mínimas que possibilitem iniciar o processo de apuração pela área responsável, Unidade de Apuração da SEPLAG;

IX - Objeto: assunto central da denúncia, passível de apuração pela área responsável, Unidade de Apuração da SEPLAG;

X - Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ) - sistema de gestão de processos administrativos e documentos eletrônicos adotado pelo Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

XI - Sistema OuvERJ: canal integrado para encaminhamento de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação a Órgãos e Entidades que compõem a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro está disponível na internet no endereço "www.ouverj.rj.gov.br";

XII - Tratamento: consiste em identificar as áreas internas responsáveis pela apuração, visando dar os encaminhamentos e acompanhamentos necessários, e em qualificar a manifestação por meio da classificação temática; e

XIII - Unidade de Apuração: unidade administrativa com funções operacionais e atribuições de apuração e/ou de correição, no âmbito da SEPLAG, serão a Assessoria de Integridade e a Corregedoria Interna, podendo em alguns casos específicos os fatos serem apurados também pelas demais Subsecretarias da Pasta.

Art. 3º - Compete à Ouvidoria Interna e Transparência:

I - receber as denúncias via sistema OuvERJ, e registrá-las na ferramenta quando recepcionada por outro canal institucional;

II - realizar a análise preliminar das denúncias, identificando elementos de convicção para formar juízo quanto a aptidão da denúncia para apuração dos fatos pela área responsável, Unidade de Apuração da SEPLAG;

III - decidir pela apuração e encaminhar à Unidade de Apuração da SEPLAG para adoção das providências, juntamente com o Relatório InPO, analisado pelo Ouvidor Interno, formalizado no SEI-RJ;

IV - monitorar o cumprimento do prazo estabelecido em normativos vigentes, devendo a Unidade de Apuração da SEPLAG se manifestar em 20 (vinte) dias quanto à resposta sobre o tratamento que será aplicado à denúncia;

V - cientificar o denunciante após apuração dos fatos quanto as medidas oportunas e cabíveis pela Pasta, e concluir a manifestação no sistema OuvERJ;

VI - submeter ao Secretário de Planejamento e Gestão a sugestão de arquivamento da denúncia quando o Ouvidor Interno julgar não procedente, e

VII - arquivar a denúncia no sistema OuvERJ, quando for o caso;

Art. 4º - Compete à(s) Unidade(s) de Apuração da SEPLAG:

I - recepcionar a manifestação, por meio de SEI-RJ, para ciência e decisão sobre a tramitação;

II - receber o relatório InPO, extraído pela Ouvidoria Interna e Transparência, encaminhado pelo Ouvidor Interno por meio do SEI-RJ, para apuração dos fatos, e

III - remeter à Ouvidoria Interna e Transparência, as respostas referentes à apuração das comunicações ou denúncias recebidas, procedentes ou não, no prazo de até 20 (vinte) dias contados do seu recebimento, contendo as providências/tratamentos adotados para a apuração dos fatos, ou justificativa na qual se argui a própria incompetência em proceder à apuração da denúncia.

Art. 5º - A Ouvidoria Interna e Transparência deve garantir acesso restrito à identidade e às demais informações pessoais constantes da denúncia em questão.

Parágrafo Único - A restrição de acesso estabelecida no caput deste dispositivo encontra fundamento no art. 52 do Decreto Estadual nº 46.475/18 e na Lei nº 12.527/11, devendo perdurar pelo prazo de 100 (cem) anos, e nos dispositivos da Lei 13.709/2018.

Art. 6º - O tratamento de denúncias pela Ouvidoria Interna e Transparência não se confunde com a apuração dos fatos relatados pelo denunciante, devendo restringir-se ao recebimento, à análise prévia e à solicitação de informações complementares ao denunciante para identificação de elementos mínimos, quando se fizer necessário.

Art. 7º - As iniciativas a serem eventualmente adotadas pelo denunciado, em consequência da denúncia caluniosa, de natureza cível ou penal, são de sua exclusiva responsabilidade.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto na Resolução SEPLAG nº 159, de 24 de agosto de 2022.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2024

ADILSON DE FARIA MACIEL
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Id: 2538787

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 604 DE 09 DE JANEIRO DE 2024

ALTERA O ARTIGO 12 E REVOGA O ARTIGO 11, DO ANEXO XVIII, DA PARTE II, DA RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 720, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA - EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso II do parágrafo único do artigo 148 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e tendo em vista o disposto no Processo n° SEI-040093/000079/2023,

RESOLVE:

Art. 1º O caput do artigo 12, do Anexo XVIII, da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720, de 4 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte modificação:

"Art. 12. Sem prejuízo da exigência prevista no art. 10 deste Anexo, o contribuinte que utilizar norma relacionada no Manual de Benefícios cuja natureza seja de "Crédito presumido", "Tributação sobre Faturamento", "Tributação sobre Receita" ou " Tributação sobre Saída" deve escriturar as notas fiscais de entrada e saída segundo as regras comuns de escrituração, informando o ICMS destacado no campo VL_ICMS dos registros próprios para informação de documentos fiscais dos Blocos C e D, devendo efetuar os seguintes lançamentos para controle do benefício:
....." (NR)

Art. 2º - Fica revogado o artigo 11, do Anexo XVIII, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 4 de fevereiro de 2014.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2024.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2024

GUSTAVO TILLMANN
Secretário de Estado de Fazenda em exercício

Id: 2538880

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DE 08/01/2024

REMOVE, a pedido, **LEONARDO XAVIER ANTONACCIO,** Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Identidade Funcional nº 4322961-1, da Corregedoria Tributária de Controle Externo, da Secretaria de Estado de Fazenda, para o Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Fazenda. Processo nº SEI-040073/000226/2023.

Id: 2538594

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

ATOS DO SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO

PORTARIA SUPCC Nº 368 DE 09 DE JANEIRO DE 2024

DESIGNA MEMBROS NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

O SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E CONTRATOS, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, atribuídos no inciso VI, art. 17, da Resolução SEFAZ nº 409/2022, e no art. 8º, da Resolução SEFAZ nº 401/2022, e

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores ROBSON DA SILVA FERREIRA, ID. Funcional nº 4416412-2 e REINALDO FERNANDES LESSA , ID. Funcional nº 4393553-2, na qualidade de fiscais TITULARES, e a servidora GABRIELLE RODRIGUES DE MELO, ID. Funcional nº 5106628-9, na qualidade de fiscal suplente, para compor a Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro através da Secretaria de Estado de Fazenda, e a concessionária ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.119.806/0001-91, cujo objeto consiste na "fornecimento de água e tratamento de esgoto para unidade da SEFAZ localizada na Rua Ernesto Brasilio, nº 25 - Centro - Nova Friburgo/RJ, ", constante do Processo Administrativo nº SEI-040182/000319/2021.

Art. 2º - Designar a servidora LUCIANA SOARES MACIEL, ID. Funcional nº 874847-0, para atuar como gestora TITULAR do contrato mencionado no artigo anterior, e a servidora THAIS MENDES TINOCO, ID. Funcional nº 5007515-2 para atuar como gestor suplente nos casos de impedimentos e afastamentos legais da titular.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria SUPCC Nº 185 de 01 de março de 2023.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2024

GIANLUCA MATHEUS BURGUEZ CHAGAS
Superintendente em Exercício

Id: 2538613

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

ATO DO SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO

PORTARIA SUPCC Nº 369 DE 09 DE JANEIRO DE 2024
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 27/2023.

O SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E CONTRATOS, **EM EXERCÍCIO**, no uso de suas atribuições legais, atribuídos no inciso VI, art. 17, da Resolução SEFAZ nº 409/2022, e no art. 8º, da Resolução SEFAZ nº 401/2022,
RESOLVE:
Art 1º - Designar os servidores LEONARDO SILVA CARVALHO, ID Funcional n° 41799361-7 e GUILHERME MITRANO SIMÕES, ID Funcional n° 4417358-0 na qualidade de fiscais titulares, e os servidores ROBSON LEITE ALBUQUERQUE, ID Funcional n° 2816843-7 e MARCELO SERGIO PINTO WEBER, ID Funcional n° 5019018-0, na qualidade de fiscais suplentes, para compor a Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização do Contrato nº 27/2023, celebrado entre o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, sendo a SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, designada como órgão contratante, por meio de apostilamento e o BANCO BRADESCO S/A, cujo objeto é a prestação de serviços bancários, incluindo crédito da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da administração direta e indireta do Poder Executivo, pagamento a fornecedores do Estado, centralização dos recursos oriundos de transferências e da arrecadação dos tributos e demais receitas estaduais, por qualquer documento de arrecadação, além de outros descritos no Termo de Referência e no instrumento convocatório, com fundamento no processo administrativo SEI-150001/011834/2022, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório.
Art 2º - Designar o servidor FERNANDO MONTENEGRO SHORT SANTA CECILIA, ID Funcional nº 5141728-6 como gestor titular do contrato a que se refere o artigo anterior, e a servidora ROSILÉIA NASCIMENTO PATRICIO, ID Funcional n° 5414640-1 para atuar como gestora suplente, nos casos de impedimentos e afastamentos legais da titular.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2024

GIANLUCA MATHEUS BURGUEZ CHAGAS
Superintendente de Compras e Contratos, em exercício

Id: 2538786

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 11 de Janeiro de 2024 às 04:28:39 -0200.